



**PAUTA
PARA A 187ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 13 DE DEZEMBRO DE 2017**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

- 1 - Projeto de lei nº 1126, de 2017, de autoria do deputado João Caraméz. Classifica Echaporã como Município de Interesse Turístico.
- 2 - Projeto de lei nº 1127, de 2017, de autoria do deputado João Caraméz. Classifica Anhembi como Município de Interesse Turístico.
- 3 - Projeto de lei nº 1128, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui a "Semana Estadual de Valorização do Educador".

2ª Sessão

- 1 - Projeto de lei nº 1119, de 2017, de autoria do deputado Fernando Cury. Classifica Porangaba como Município de Interesse Turístico.
- 2 - Projeto de lei nº 1120, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Institui a "Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade".
- 3 - Projeto de lei nº 1121, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Obriga creches, berçários, escolas maternais e similares da rede pública e privada a submeterem monitores, professores e demais funcionários que tenham contato direto com alunos a exames psicológicos periódicos.
- 4 - Projeto de lei nº 1122, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Torna obrigatória a afixação da relação dos direitos da criança e do adolescente hospitalizados, de seus pais e acompanhantes, em estabelecimentos hospitalares.

5 - Projeto de lei nº 1123, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Permite o rastreamento do aparelho celular através do IMEI e modelo do aparelho quando houver furto ou roubo.

6 - Projeto de lei nº 1124, de 2017, de autoria do deputado Gil Lancaster. Dispõe que hospitais e maternidades do Estado ofereçam aos pais e/ou responsáveis de recém-nascidos orientações e treinamento para primeiros socorros em caso de engasgamento, aspiração de corpo estranho e prevenção de morte súbita.

7 - Projeto de lei nº 1125, de 2017, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dá a denominação de "Aduino José Rolim de Goes" à Delegacia de Polícia de Vila Olinda, em Piedade.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1111, de 2017, de autoria da deputada Clélia Gomes. Dispõe sobre a destinação de 5% das unidades dos programas de loteamentos sociais e de habitação popular às mulheres vítimas de violência doméstica.

2 - Projeto de lei nº 1112, de 2017, de autoria da deputada Clélia Gomes. Proíbe o exercício de cargo, emprego ou função pública por pessoa condenada por violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei Maria da Penha.

3 - Projeto de lei nº 1113, de 2017, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Declara de utilidade pública a "Associação Jovem Aprendiz - AJA", em Artur Nogueira.

4 - Projeto de lei nº 1114, de 2017, de autoria da deputada Clélia Gomes. Torna obrigatória a divulgação da Central de Atendimento à Mulher (Disque 180) e do Serviço de Denúncia de Violações aos Direitos Humanos (Disque 100) nos estabelecimentos de acesso ao público que especifica.

5 - Projeto de lei nº 1115, de 2017, de autoria do deputado Márcio Camargo. Autoriza o Poder Executivo a isentar do pagamento do pedágio no km 46+300 da Rodovia Raposo Tavares - SP 270, aos moradores dos bairros Juca Rocha, Caeté, Carmo, Jardim Camargo, Pilão D'água, Horizonte Verde I, II e III, Vila Lino e Pesqueiro Taipa de Pedra, em São Roque.

6 - Projeto de lei nº 1116, de 2017, de autoria da deputada Márcia Lia. Dá a denominação de "Joaquim Pinto de Oliveira Tebas" à Faculdade de Tecnologia de São Paulo - FATEC SP, em Franco da Rocha.

7 - Projeto de lei nº 1117, de 2017, de autoria do deputado Coronel Telhada. Dá a denominação de "Igarapu do Tietê" ao viaduto localizado na km 32 da Rodovia Presidente Castelo Branco - SP 280, em Itapevi.

8 - Projeto de lei nº 1118, de 2017, de autoria do deputado Estevam Galvão. Classifica Lavrinhas como Município de Interesse Turístico.

4ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 20, de 2017, de autoria do deputado Edmir Chedid. Cria o "Prêmio Daniel Dias" para homenagear atletas, pessoas físicas, empresas e organizações com destaque ou contribuições prestadas ao esporte paulista.

2 - Projeto de lei nº 1109, de 2017, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Institui o "Dia da Assembleia de Deus Ministério de Madureira", no Estado.

3 - Projeto de lei nº 1110, de 2017, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Institui o "Dia da Assembleia de Deus Brás", no Estado.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 32, de 2017, de autoria do deputado Marco Vinholi. Cria a Aglomeração Urbana - AU de Catanduva, conforme artigos 152 e 153 da Constituição Estadual.

2 - Projeto de lei nº 1107, de 2017, de autoria do deputado Cássio Navarro. Declara de utilidade pública a "ONG DCM - Defesa e Cidadania da Mulher", em Praia Grande.

3 - Projeto de lei nº 1108, de 2017, de autoria do deputado João Caraméz. Classifica Ipaussu como Município de Interesse Turístico.

4 - Moção nº 115, de 2017, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Apela para os Srs. Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei nº 6299, de 2002, assim como os Projetos de Lei a ele apensados, sejam rejeitados, para impedir retrocessos na atual Legislação sobre Agrotóxicos.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 253 do Regimento Interno (Reforma da Constituição).

3ª Sessão

Proposta de emenda nº 8, de 2017, à Constituição do Estado, de autoria do deputado Edmir Chedid e outros. Altera o artigo 175 da Constituição do Estado para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

2ª Sessão

Moção nº 76, de 2017, de autoria do deputado Raul Marcelo. Aplauda a decisão tomada durante a 257ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional de Justiça em processo que discutiu a aplicação da pena de censura à desembargadora Kenarik Boujikian Felipe do Tribunal de Justiça de São Paulo.